

Aplicação do Decreto-Lei n.º 68-A/2015



Ambito de Aplicação

Entrou em vigor em maio de 2015 o **Decreto Lei n.º 68-A/2015**, que regula matérias de **eficiência energética** e resulta da transposição da Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho.

A grande novidade deste diploma é a estipulação da **obrigatoriedade** das empresas **não PME**, de realizarem uma **auditoria energética até 30 de Junho de 2016**.

Não PME - empresas que empregam **250** ou mais pessoas e cujo volume anual de negócios seja igual ou superior a **50** milhões de EUR, ou que sejam participadas em mais de **25 %** por uma não PME



Obrigação de Registo

As empresas não PME devem **registar-se** junto da DGEG, sendo-lhes atribuído um código de identificação.

Cada empresa não PME deve fazer **um único registo**, discriminando todas as instalações, edifícios e frotas, pertencentes à mesma entidade jurídica.

As empresas que não sejam PME, devem efectuar o registo dos seus **consumos de energia** de 4 em 4 anos, relativamente aos anos anteriores.



Requisitos das Auditorias

A responsabilidade pelo cumprimento do Decreto-Lei n.º 68-A/2015 é a **empresa não PME** que responde pelos consumos de energia e que é titular dos respetivos contratos de fornecimento de energia, **independentemente** da propriedade das instalações, dos edifícios e da frota.

As auditorias energéticas devem:

Assentar em dados mensuráveis e rastreáveis sobre o consumo de energia;

Conter dados relativos a todos os consumos de energia da empresa;

Análise pormenorizada dos perfis de consumo energéticos;

Cálculos detalhados e validados das medidas propostas.



Situações Particulares

Deverão também garantir a realização de auditorias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 68-A/2015, as empresas com:

Instalações **Consumidoras Intensivas de Energia**, sujeitas às auditorias energéticas periódicas previstas no Decreto-Lei n.º 71/2008;

Frotas sujeitas a auditorias periódicas pela Portaria n.º 228/90;

Edifícios sujeitos às auditorias periódicas do Sistema Certificação Energético, Decreto-Lei n.º 118/2003, devendo ser realizadas as referidas auditorias, quer nos grandes centros, quer nos pequenos edifícios de comércio e serviços.



COIMAS

O incumprimento das obrigações de registo dos **consumos** e o incumprimento das obrigações de realização de **auditorias energéticas** irá implicar a **aplicação de uma coima**.

Os valores das coimas variam entre **€ 2 500 e € 44 000**.



CONTACTOS:

JF Digital Energy, Lda.
Centro de Negócios da AIP-CCI
Piso 2 sala 19/20 – Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Telefone: 215 806 066

www.jesusferreira.pt



JESUSFERREIRA
CONSULTORES
energyconsulting